

Procedimentos de COMERCIALIZAÇÃO

Módulo 1 – Agentes

Submódulo 1.2 – Cadastro de agentes

ÍNDICE

1. **INTRODUÇÃO**
2. **OBJETIVO**
3. **PREMISSAS**
4. **LISTA DE DOCUMENTOS**
5. **FLUXO DE ATIVIDADES**
6. **DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES**
7. **ANEXOS**

Revisão	Motivo da Revisão	Instrumento de aprovação pela ANEEL	Data de Vigência
1.0	Primeira versão aprovada (CP05/2012)	Despacho nº 3.215/2012	16.10.2012
2.0	Adequação à REN nº 583/2013 e demais ajustes	Despacho nº 4.881/2014	22.12.2014
3.0	Adequação ao Sistema Integrado de Gestão de Ativos (SigaCCEE)	Despacho nº 1.741/2015	01.06.2015

1. INTRODUÇÃO

Este módulo estabelece as atividades relativas aos cadastros do Agente, do Sistema de Medição para Faturamento – SMF no Sistema de Coleta de Dados de Energia – SCDE, de seus ativos na topologia e expressões contábeis no Sistema de Contabilização e Liquidação - SCL.

2. OBJETIVO

Estabelecer as atividades necessárias aos cadastros do Agente, cadastro do SMF no SCDE e SCL, assim como a utilização do SCDE e do SCL pelos agentes envolvidos, as etapas e os prazos relativos a este processo.

3. PREMISSAS

Geral

- 3.1. O agente é responsável pela veracidade, comprovação e atualização dos dados informados em seu cadastro, isentando a CCEE de qualquer responsabilidade sobre informação que tenha sido cadastrada erroneamente ou não atualizada.
- 3.2. O agente deve manter atualizado o seu cadastro na CCEE, conforme estabelecido no Estatuto Social da CCEE e na Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, observadas as restrições legais e normativas.
- 3.3. O agente é responsável pelo não recebimento de informações por seus respectivos contatos em razão de cadastros desatualizados, de ausências temporárias dos destinatários e de filtros anti-spam não identificados pelos e-mails emitidos automaticamente pela CCEE.

Cadastros de Agentes

- 3.4. A comunicação entre o agente ou candidato a agente e a CCEE deve ser realizada por até 2 (duas) pessoas físicas representantes CCEE, indicadas no Termo de Adesão, nos termos do submódulo 1.1 – Adesão à CCEE.

- 3.4.1. Demais solicitações de acesso ao Conteúdo Exclusivo devem ser enviadas pelo representante CCEE para o e-mail atendimento@ccee.org.br, com os respectivos códigos de acesso.
- 3.4.2. Na ausência do representante CCEE, a solicitação deve ser realizada pelo(s) representante(s) legal(is) cadastrado(s) ou procurador(es) devidamente nomeado(s) por meio de documento com firma reconhecida.
- 3.5. Para a inclusão, alteração ou exclusão dos dados cadastrais do agente ou candidato a agente, inclusive de seus representante(s) legal(is), procurador(es) ou administrador(es), quando for obrigatória a apresentação de documentos comprobatórios, o agente ou candidato a agente deve efetuar a solicitação e encaminhar à CCEE, por meio do Sistema de Gestão de Processos, os respectivos documentos, porém a inclusão, alteração ou exclusão solicitada somente pode ser realizada pela CCEE.
- 3.6. Nos demais casos não contemplados na premissa anterior, após o recebimento do *login* e código para acesso à área de Conteúdo Exclusivo, o representante CCEE do agente ou candidato a agente deve realizar o cadastro de seus contatos diretamente no Autocadastro. Futuras inclusões, alterações ou exclusões de dados mencionados nesta premissa devem ser realizadas, pelos agentes, diretamente na ferramenta.
- 3.7. O agente ou candidato a agente deve encaminhar, por meio do Sistema de Gestão de Processos, o Termo de Acesso e Uso ao SCDE e ao SCL com ou sem Representação, anexo a este submódulo, indicando a relação atualizada de todos os seus usuários, nas seguintes hipóteses: inclusão, alteração ou exclusão de usuários; atualização de perfil; indicação de seu representante, caso aplicável. O Termo deve ser encaminhado, com firma(s) reconhecida(s), até os prazos estipulados neste submódulo.
- 3.8. Qualquer agente da CCEE pode optar por ser representado por outro agente, durante ou após seu processo de adesão, delegando poderes ao representante para, em seu nome e por sua conta, praticar todos os atos inerentes à operacionalização de seus processos na CCEE. Os resultados de todas as operações são lançados em nome do agente representado. Os usuários dos sistemas SCDE e SCL do agente representante serão automaticamente vinculados como usuários do agente representado, conservando suas permissões de leitura ou edição originais.

- 3.9. A representação operacional da premissa anterior não altera as responsabilidades definidas no Módulo 12 dos Procedimentos de Rede, especificamente em relação ao Sistema de Medição para Faturamento, incluindo-se a solicitação de mapeamento e parecer de localização, bem como o cadastramento e a manutenção dos pontos de medição no SCDE.
- 3.10. O agente ou candidato a agente deverá encaminhar o Termo de Acesso e Uso ao SCDE e ao SCL de modo a autorizar o acesso aos sistemas conforme as seguintes hipóteses: (i) somente seus usuários, (ii) somente o seu representante operacional – sendo que, nesta condição, agente ou o candidato a agente não possuirá acesso aos sistemas, ou (iii) seus usuários e seu representante operacional, quando aplicável.
- 3.11. Para acesso do agente ou candidato a agente aos sistemas SCDE e SCL, os usuários indicados no Termo da premissa anterior devem realizar a instalação do certificado digital, conforme manual disponível no *site* da CCEE.
- 3.12. O *link* para *download* do certificado digital será encaminhado aos agentes após a validação da CCEE dos usuários indicados no Termo de Acesso e Uso ao SCDE e ao SCL.
- 3.13. A CCEE deve monitorar e informar a necessidade de renovação de certificado digital pelo agente, disponibilizando novo *download* quando do vencimento de sua validade.
- 3.14. O agente representado pode realizar a alteração ou cancelamento da representação, não necessitando da anuência do representante. Para tanto, deve enviar à CCEE, por meio do Sistema de Gestão de Processos, novo Termo com firma reconhecida.
- 3.15. O agente representante pode realizar o cancelamento da representação, não necessitando da anuência do representado. Para tanto, deve enviar comunicado formal ao agente representado e à CCEE, com antecedência mínima de 30 dias. Passado este período, automaticamente, o agente representado assume as atividades operacionais perante a Câmara, até que seja enviado por ele novo Termo, com firma reconhecida, indicando novo agente representante.
- 3.16. A CCEE, em hipótese alguma, em qualquer tempo ou sob qualquer condição, será responsabilizada por questões relacionadas e/ou decorrentes da representação entre o agente representado e seu representante.

3.17. O agente representado pode manifestar, no Termo de Representação para Assembleia Geral, interesse em ser representado nas Assembleias Gerais da CCEE por seu agente representante, o que vigorará pelo prazo previsto no referido Termo, enquanto não houver substituição deste.

3.18. O agente também pode ser representado em Assembleias Gerais:

- a) por seus representantes legais, indicados diretamente em seus documentos societários; ou
- b) por procuradores devidamente constituídos por mandato com poderes específicos, que deve ser apresentado até o horário de início das Assembleias Gerais.

3.19. A CCEE trata como alteração cadastral de agente os casos de sucessão parcial sem o desligamento do agente sucedido. O agente sucedido deve encaminhar à CCEE o Termo de Sucessão Parcial de Agente, anexo a este submódulo.

3.20. A CCEE deve ajustar os históricos de operações do agente sucessor e do agente sucedido conforme respectivos percentuais de sucessão de direitos e obrigações junto à Câmara.

Prazos

3.21. As solicitações de inclusão, alteração ou exclusão de dados cadastrais referem-se aos processos abaixo:

- a) Cadastro de agentes ou candidatos a agentes no SGP;
- b) Cadastro de pontos de medição no SCDE; e
- c) Cadastro de ativos no SCL.

3.22. A CCEE terá o prazo de até 5du para analisar e responder a toda e qualquer solicitação do agente referente à inclusão, alteração ou exclusão de dados cadastrais, para os processos elencados na premissa anterior.

3.23. Todas as solicitações serão analisadas e validadas para o mês de referência "M" caso sejam enviadas **sem pendências** até as datas explicitadas abaixo:

- a) Até MA-6du: quando solicitadas pelos agentes da CCEE;

b) Até MA-9du: quando solicitadas pelos candidatos a agente da CCEE, em decorrência do processo de adesão.

- 3.24. Para o mês de referência "M", todas as solicitações que atendem à premissa anterior deverão estar validadas pela CCEE até MA-1du, no caso de agentes, ou MA-4du, para candidatos a agente.
- 3.25. Para o mês de referência "M", solicitações enviadas nos prazos da premissa 3.23, porém com pendências, sanadas até os prazos da premissa 3.24, bem como solicitações sem pendências enviadas intempestivamente entre os prazos respectivos das premissas 3.23 e 3.24 poderão¹ ser validadas até MA-1du, no caso de agentes, ou MA-4du, para candidatos a agente, devendo a CCEE (i) garantir tratamento isonômico e priorizar essas solicitações segundo ordem de envio sem pendências², (ii) bem como enviar à fiscalização da ANEEL, com periodicidade anual, relatório detalhado comprovando isonomia nas decisões e explicitando a lista mensal de prioridades.
- 3.26. A CCEE poderá validar, excepcionalmente e com tratamento isonômico, quaisquer solicitações intempestivas relacionadas com os itens "b" e "c" da premissa 3.21, devendo enviar à fiscalização da ANEEL, com periodicidade anual, relatório detalhado contendo as excepcionalidades concedidas, as justificativas devidas e a comprovação de que houve isonomia nas decisões.
- 3.27. Em caso de alteração de ativos no SCL, decorrente de decisão da ANEEL ou de demais órgãos competentes, o agente deverá solicitar a alteração até 5du contados da data da publicação do ato. Caso o referido prazo não seja atendido, a CCEE deverá abrir a solicitação de ofício em nome do agente e informar à ANEEL sobre o descumprimento da obrigação do agente, por meio de relatório específico. A CCEE pode solicitar ao agente informação ou documentação adicional que entenda necessária para a análise e efetivação de seu cadastro, sendo válidas as mesmas premissas de prazos deste submódulo para o novo envio.

¹ Neste caso há discricionariedade da CCEE, porém com a exigência de tratamento isonômico e de confecção de lista de prioridades, observando o critério de envio sem pendências.

² Envio de complementações levam o agente ou candidato a agente para o final da "fila".

Plataforma de Integração

- 3.28. É permitido o acesso aos sistemas da CCEE por meio da Plataforma de Integração³, formada por um conjunto de ferramentas denominado barramento de integração.
- 3.29. O acesso via Plataforma de Integração permite a visualização e a edição das informações.
- 3.30. Tendo em vista que o acesso à Plataforma de Integração é opcional e complementar, o agente que não optar pela adesão à Plataforma continuará a acessar os sistemas da CCEE pelos demais meios explicitados nesse submódulo.
- 3.31. Para aderir à Plataforma, o agente deverá encaminhar à CCEE, por meio do Sistema de Gestão de Processos: (i) o Termo de Adesão para Acesso e Uso da Plataforma de Integração da CCEE, disponibilizado em seu *site*; (ii) a documentação conferindo poder(es) ao(s) signatário(s) do Termo, necessária apenas quando tenha sofrido alguma alteração ainda não comunicada à CCEE; e (iii) o certificado digital, obtido pelas Autoridades Certificadoras Habilitadas pela Receita Federal do Brasil.
- 3.32. Caso o agente representado no âmbito da CCEE opte por autorizar que seu representante CCEE acesse os sistemas via Plataforma de Integração, deve encaminhar o Termo de Representação à Plataforma de Integração da CCEE, disponibilizado no *site* da CCEE, além da documentação conferindo poder(es) ao(s) signatário(s) do Termo.
- 3.33. A CCEE realizará a análise dos documentos indicados na premissa anterior em até 3du, contados a partir da data do seu recebimento.
- 3.34. Caso não tenham sido identificadas pendências e/ou inconsistências a serem sanadas pelo agente, a CCEE, no quarto dia útil, deverá informar ao agente que o processo foi concluído com sucesso, fornecendo-lhe usuário e código para acesso à Plataforma de Integração, por meio do Sistema de Gestão de Processos.
- 3.35. Caso haja alguma pendência na documentação e/ou inconsistência no certificado digital, o agente será comunicado por meio do Sistema de Gestão de Processos até o quarto dia útil e terá o prazo de até 2 meses para sanar as pendências/inconsistências.

³Conjunto de meios computacionais de hardware e software utilizados para viabilizar a interação direta, sem intervenção humana, entre sistemas de informação corporativos, provendo recursos para realizar o intercâmbio de informações entre sistemas heterogêneos por meio de serviços de integração padronizados.

3.36. O não atendimento ao prazo de 2 meses estipulado na premissa anterior, resultará no cancelamento do processo de adesão à Plataforma, devendo o agente iniciar um novo processo por meio do Sistema de Gestão de Processos, caso haja interesse.

Cadastros no Sistema de Coleta de Dados de Energia – SCDE

Sistema de Medição para Faturamento – SMF

3.37. Observados os Procedimentos de Rede, a implantação do SMF deve compreender as seguintes etapas: solicitação do parecer de localização na CCEE, elaboração de projeto de medição em conformidade com o submódulo 12.2 - Anexo 1 dos Procedimentos de Rede, pré-aprovação do projeto pelo agente conectado e posteriormente pelo ONS, especificações do projeto, montagem dos equipamentos, estabelecimento de link de comunicação com a CCEE para acesso aos medidores, comissionamento e cadastro dos pontos de medição no SCDE.

3.38. A instalação do SMF deve obedecer ao disposto no Módulo 12 dos Procedimentos de Rede, especialmente o submódulo 12.2, além dos requisitos mencionados nas premissas seguintes do presente submódulo.

3.39. Quando necessário, o agente deve providenciar o desenvolvimento do *driver* de comunicação do medidor diretamente com seus fornecedores/fabricantes, devendo fornecer a documentação detalhada. A CCEE não será responsável por futuras manutenções e atualizações necessárias.

Parecer de localização

3.40. O representante SCDE ou representante CCEE do agente responsável pela instalação do SMF deve solicitar, por meio do Sistema de Gestão de Processos, o Parecer de Localização, encaminhando uma descrição sucinta do empreendimento, o diagrama unifilar da instalação, o ato de outorga do Poder Concedente (no caso de empreendimentos de geração) e o Parecer de Acesso emitido pelo ONS ou pela distribuidora, conforme o caso.

3.41. O agente responsável que tem participação facultativa na CCEE e não possui acesso ao Sistema de Gestão de Processos deve entrar em contato com a Central de Atendimento da CCEE, por meio do e-mail atendimento@ccee.org.br, solicitando a criação de perfil Não Agente.

- 3.42. O diagrama unifilar, documento integrante das informações cadastrais, deve conter a indicação do ponto de medição, dos transformadores de potencial e corrente com as relações de transformação disponíveis, o ponto de conexão com a rede da concessionária e a indicação das conexões até a Rede Básica, e deve ser disponibilizado com extensão de arquivo PDF ou DWG.
- 3.43. Se e quando julgar necessário, a CCEE pode solicitar ao agente informações adicionais para a elaboração e ou revisão do Parecer de Localização.
- 3.44. Havendo divergência entre as informações encaminhadas pelo agente e seus respectivos atos autorizativos, a divergência poderá ser superada pela apresentação do Parecer de acesso relacionado com o Despacho ANEEL nº 4.309, de 4 de novembro de 2014, e do pedido de alteração de outorga protocolado na ANEEL. Nos demais casos, a emissão do Parecer de Localização será postergada pela CCEE até que a divergência seja sanada.
- 3.45. O agente deve solicitar à CCEE a revisão do Parecer de Localização em decorrência de alteração de norma regulatória pertinente, do ato de outorga do Poder Concedente, configuração das instalações ou do sistema elétrico, devendo fornecer toda documentação necessária para a revisão pretendida, nos termos da premissa 3.40.

Conexão ao Sistema de Coleta de Dados de Energia – SCDE

- 3.46. Considerando os requisitos da seção “Sistema de Medição para Faturamento – SMF” e os Procedimentos de Rede, o agente de medição deve providenciar a conexão dos medidores ao SCDE, iniciando o processo pelo estabelecimento da *Virtual Private Network*– VPN.
- 3.47. A infraestrutura de comunicação existente entre o roteador de acesso do agente e o medidor é considerada “Rede de Dados do Agente”, sendo de integral responsabilidade do agente a escolha das tecnologias, dos meios de comunicação, bem como a implementação, manutenção e operação desta infraestrutura.
- 3.48. O canal de comunicação da Rede de Dados do agente, referenciada no item anterior, escolhido pelo agente para se comunicar com a CCEE deve estar aderente com os meios de comunicações conforme Arquitetura de Comunicação, definida no Módulo 12 dos Procedimentos de Rede. Deve permitir a transferência de dados em uma taxa mínima de transmissão compatível com os pacotes (blocos) de dados e:

- a) O meio de comunicação deve ser dimensionado de modo a garantir a coleta de 32 (trinta e dois) dias do fluxo de energias ativa e reativa nos dois sentidos, em kWh e kVArh, tensões e correntes RMS (Root Mean Square) em volts e ampères respectivamente, fluxos de energias compensadas ativa e reativa nos dois sentidos, em kWh e kVArh, considerando o intervalo de integração de 5 (cinco) em 5 (cinco) minutos. O tamanho do pacote pode variar de acordo com o medidor e o protocolo;
- b) Deve garantir o acesso simultâneo e a coleta de 32 (trinta e dois) dias de dados de todos os medidores conectados ao canal de comunicação;
- c) Para tipos de canais de comunicação cujos timeouts sejam elevados, tais como as conexões via satélite, o link VPN é estabelecido entre a CCEE e o provedor de acesso;
- d) Além do cálculo de medidores versus largura de banda, o agente deve realizar testes de coleta aos medidores com a finalidade de verificar a viabilidade da conexão ou a necessidade de redimensionamento de banda.

Cadastro do SMF (ponto de medição) no SCDE

- 3.49. O agente responsável pelo SMF (agente de medição) deve cadastrar as informações do ponto de medição diretamente no SCDE.
- 3.50. Os medidores devem estar parametrizados considerando os intervalos de integração de 5 em 5 minutos e o horário do SCDE que é sempre GMT – 3 (Greenwich Mean Time menos 3), independente do fuso horário ou horário de verão, com vistas a atender ao Submódulo 12.3 dos Procedimentos de Rede.
- 3.51. No ato do cadastro do ponto de medição, caso haja atualização, o agente de medição deve anexar o diagrama unifilar atualizado com as informações do ponto de medição cujo projeto foi aprovado pelo ONS, obedecendo os critérios estabelecidos neste PdC.
- 3.52. A CCEE deve validar ou recusar os dados/parâmetros cadastrados no sistema em até 5 dias úteis a partir da inserção destas informações no sistema.
- 3.53. A aprovação do relatório de comissionamento pelo ONS é requisito para a efetivação do cadastro do ponto de medição no SCDE, com exceção dos casos de instalações de transmissão, usinas em operação de teste.

- 3.54. O valor a ser cadastrado como “Capacidade Nominal” do ponto de medição é o valor de sua demanda máxima horária prevista em cada sentido de fluxo de potência, que deve ser compatível com o Contrato de Uso do Sistema de Distribuição - CUSD ou Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST.
- 3.55. As informações do ponto de medição somente são aceitas quando respeitarem a margem de ultrapassagem estabelecida em 25%.
- 3.56. Caso o agente responsável pelo SMF opte pela coleta de dados de medição por meio de sua Unidade Central de Coleta de Medição – UCM, deve instalar na sua UCM o aplicativo Client SCDE, e ter efetivado o cadastro de pelo menos um ponto de medição relacionado a esta UCM.
- 3.57. As alterações de cadastro dos pontos de medição do SCDE podem ser solicitadas a qualquer momento e são efetivadas pela CCEE em até 05 (cinco) dias úteis, desde que estejam em conformidade com os requisitos definidos neste módulo e se refiram, obrigatoriamente, a pontos já cadastrados no SCDE.
- 3.58. As inclusões ou alterações de cadastro de pontos de medição do SCDE somente passam a vigorar a partir de sua validação pela CCEE, nos termos da seção “prazos” deste PdC.
- 3.59. A transferência de responsabilidade pelo SMF de um agente de medição para outro somente é autorizada pela CCEE mediante o envio do Termo de Alteração de Agente de Medição do SCDE, anexo a este submódulo, por meio de correspondência à CCEE.
- 3.60. O agente de medição do SCDE deve executar as atividades previstas no Módulo 12 dos Procedimentos de Rede e eventuais alterações de dados cadastrais no SCDE.

Cadastros no Sistema de Contabilização e Liquidação – SCL

- 3.61. As solicitações de alteração, inclusão ou exclusão de cadastro de ativo devem ser preenchidas de acordo com os atos regulatórios vigentes ou com os documentos requeridos previstos neste PdC, e validadas, no Sistema Integrado de Gestão de Ativos - SigaCCEE, pelas partes envolvidas (Agente Concessionário e Agente Proprietário) nos prazos previstos neste PdC, quando aplicável.
- 3.62. Para a continuidade das solicitações de inclusão de cadastro de ativo, a elaboração do Parecer de Localização deverá estar finalizada.

- 3.63. O CUST ou CUSD são documentos obrigatórios para a finalização do processo de modelagem do ativo, devendo ser encaminhados à CCEE por meio do envio do arquivo via SigaCCEE.
- 3.64. As solicitações de alteração, inclusão ou exclusão de cadastro de ativo sem qualquer⁴ interação das partes interessadas no SigaCCEE serão canceladas automaticamente após 6 (seis) meses da última interação.
- 3.65. O Agente Proprietário do ativo é responsável por realizar a solicitação de inclusão, alteração ou exclusão de dados cadastrais no SigaCCEE, podendo tal solicitação ser cancelada e/ou resgatada⁵ pelo Agente Proprietário até a etapa "Em Aprovação".
- 3.66. O agente deve solicitar a alteração ou exclusão de cadastro de ativo utilizando como base a solicitação vigente⁶, para a data de início de vigência desejada.
- 3.66.1. Sem prejuízo das responsabilidades do agente, na conclusão de uma solicitação de alteração ou exclusão de cadastro de ativo, caso exista(m) solicitação(ões) com data de início de vigência futura já concluída(s), a CCEE procederá com a anulação da(s) solicitação(ões) com data de início de vigência futura, mas também informará ao agente da necessidade de efetuar nova solicitação com data de início de vigência futura.
- 3.67. Devido à possibilidade de resgate da solicitação, o agente poderá realizar somente 1 (uma) solicitação de alteração, inclusão ou exclusão de cadastro por ativo por vez, considerando que, para efetuar uma nova solicitação no sistema, o agente deverá aguardar o encerramento pela CCEE da solicitação anterior.
- 3.68. Caso seja necessário realizar alteração de dados cadastrais que possuam início de vigência com datas distintas, as solicitações de alteração de modelagem deverão ser realizadas separadamente, observado o disposto na premissa anterior.
- 3.69. O agente, quando do preenchimento das informações na respectiva solicitação e sempre que necessário, deverá anexar os documentos comprobatórios para validar tais informações, de acordo com os formatos de arquivos exigidos pelo próprio sistema.

⁴ Ressalta-se a importância da diligência do agente solicitante.

⁵ Solicitação resgatada é aquela que ainda poderá ser editada pelo Agente Proprietário, até a etapa "Em Aprovação".

⁶ Solicitação vigente é aquela já concluída pela CCEE, que produz efeitos num determinado momento.

- 3.70. A CCEE deve realizar o cadastro da topologia do sistema elétrico, cadastro dos ativos, parcelas de ativo e expressões contábeis, com base nas informações fornecidas pelos agentes através do SigaCCEE, nos diagramas unifilares e atos regulatórios vigentes.
- 3.71. As solicitações de alteração de cadastro de ativos que não precisem ser validadas pelo Agente Concessionário serão diretamente analisadas pela CCEE, mas, neste caso, a CCEE deverá sempre informar ao agente por meio de chamado ativo.
- 3.72. Em caso de transferência de propriedade de ativos, o proprietário do ativo deverá indicar, na solicitação de alteração de cadastro, a data da transferência e o agente ou candidato a agente que será o futuro proprietário (agente sucessor). A partir da concordância do agente sucessor, este será o responsável em dar continuidade na solicitação de alteração de cadastro aberta, atendendo aos prazos disciplinados neste submódulo, para que a transferência possa ser concluída.
- 3.73. Em regra, as interações no SigaCCEE entre os agentes envolvidos não sofrerão influência da CCEE, a qual apenas analisará o pedido a partir do envio da solicitação de inclusão, alteração ou exclusão de cadastro para aprovação da CCEE, obedecidos os prazos constantes neste submódulo.
- 3.74. Qualquer negativa de item analisado pelo agente sucessor, concessionário ou pela CCEE deverá ser devidamente justificada.
- 3.75. Para a solicitação de inclusão, alteração ou exclusão de cadastro de ativo no SCL ser aprovada pela CCEE, tal solicitação não deve apresentar qualquer pendência com relação a outras modelagens e/ou aos demais processos que possam impactá-la, previstos nos Procedimentos de Comercialização, tais como cadastro do ponto de medição no SCDE e/ou cadastro de agentes ou candidatos a agente no SGP.
- 3.76. A CCEE pode, em razão de alterações de Regras, Procedimentos de Comercialização ou demais normas regulatórias, realizar a alteração, exclusão ou inclusão de um ativo, mesmo sem a solicitação do agente, sendo que nesses casos deve informar aos agentes impactados a respeito da ação realizada.
- 3.77. A CCEE pode realizar a alteração compulsória do cadastro do ativo de um agente, na ocorrência das situações abaixo, devendo informar o agente impactado sobre a alteração, com os devidos fundamentos.

- a) adesão à CCEE de concessionários, permissionários, autorizados ou detentores de registro de geração, com participação facultativa;
- b) início da modelagem, pelo Agente Comercializador de Energia do Proinfa, de ativos de geração de agentes de participação facultativa na CCEE, que optou por aderir, comprometidos com o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa;
- c) demais casos específicos, em decorrência de atos emitidos por órgãos ou entidades da Administração Pública.

3.78. O agente que comercializar energia oriunda de fontes primárias especiais deve solicitar, por meio de um chamado via Central de Atendimento, e conforme sua necessidade, a criação de perfis de agente para possibilitar o cadastro de ativos de geração para cada tipo de desconto na TUSD ou na TUST.

3.79. Os ativos participantes de uma instalação compartilhada e, conseqüentemente, os pontos de medição associados a esses ativos, não serão excluídos enquanto existirem, nessa instalação, ativos de terceiros que estejam modelados na CCEE.

Comunhão de interesse de fato ou de direito

3.80. Somente o representante das unidades consumidoras reunidas por comunhão de interesses de fato ou de direito deve ser agente da CCEE.

3.81. O representante da comunhão de interesse de fato ou de direito deve estar declarado conforme consta no Termo de Comunhão à CCEE, anexo a este submódulo.

3.82. Para a instituição de comunhão de fato ou de direito, o agente deve realizar a inclusão ou alteração de dados cadastrais da comunhão, bem como enviar o Termo de Comunhão à CCEE, anexo a este submódulo, e o documento que expresse a demanda de energia contratada (CUSD – Contrato de Uso do Sistema de Distribuição ou a fatura de energia), por meio do Sistema de Gestão de Processos.

3.83. Antes de solicitar a inclusão, manutenção ou desativação de uma unidade consumidora pertencente a uma comunhão de interesse de fato ou de direito via SigaCCEE, o Agente deverá atualizar o cadastro da comunhão no Sistema de Gestão de Processos.

3.84. Caso a CCEE identifique que as mudanças decorrentes das solicitações da premissa anterior resultam na perda de requisito legal relacionado com a comunhão de interesse de fato ou de direito, deverá informar o fato à ANEEL com os detalhes necessários e suficientes.

Geradores

3.85. Os agentes geradores devem solicitar a alteração do cadastro do ativo decorrente de decisão da ANEEL ou demais órgãos competentes por meio do SigaCCEE, nos prazos mencionados neste submódulo.

3.86. Os agentes geradores podem solicitar inclusão ou alteração de ativo, a seu critério, em novo perfil ou no perfil existente para o cadastro de usinas, respeitando os critérios de modelagem dispostos em Regras e Procedimentos de Comercialização, bem como nos demais normativos vigentes.

3.87. Antes do início de suprimento de um empreendimento comprometido em leilão, o agente vendedor deverá solicitar a alteração de modelagem de ativo no SigaCCEE, de acordo com os prazos estabelecidos neste submódulo, devendo complementar ou atualizar as informações referentes ao seu ativo, inicialmente inseridas no momento da sua adesão, nos termos do submódulo 1.1 – Adesão à CCEE.

3.88. Para os agentes cujos empreendimentos apresentem reincidência na verificação de ultrapassagem de potência, conforme estabelecido nas Regras de Comercialização, a CCEE deve efetuar a alteração de sua modelagem, para refletir a alteração no percentual de desconto.

3.89. Os empreendimentos mencionados na premissa anterior não podem ter sua modelagem alterada de forma a recuperar o percentual de desconto pelo período fixado nas normas de regência vigentes.

3.90. Após o período mencionado na premissa anterior, o agente proprietário será o responsável por solicitar a alteração do perfil proprietário do ativo, através do SigaCCEE.

3.91. A unidade geradora em operação comercial que venha a prestar serviço ancilar como compensador síncrono deverá realizar a solicitação de alteração de cadastro no SigaCCEE, conforme os prazos indicados neste submódulo.

- 3.92. O agente proprietário das unidades geradoras mencionadas na premissa anterior deve anexar na solicitação de alteração de cadastro das unidades geradoras (tipo MBU e MRU) a cópia do Contrato de Prestação de Serviços Ancilares – CPSA celebrado com o ONS.
- 3.93. Somente serão aceitas as solicitações para cadastro de ativos para ressarcimento da prestação de serviços ancilares como compensador síncrono caso o sistema de medição de geração bruta esteja em conformidade com o Anexo I do Módulo 12.2 dos Procedimentos de Rede - Medição para Faturamento e atenda ao disposto nos Procedimentos de Comercialização.
- 3.94. O gerador detentor de usina termoeletrica, com obrigatoriedade prevista em contrato para fechar o ciclo combinado, deverá informar qual a unidade geradora que determinará a conclusão desse fechamento, ao solicitar a modelagem da usina no SigaCCEE.
- 3.95. A exclusão do cadastro de usina de propriedade de um não agente deve ser solicitada pelo seu agente representante, juntamente com o envio do Termo de Encerramento de Representação de Ativo(s) de Geração, por meio do SigaCCEE, exceto para os casos em que a representação da usina se dá por meio da comercialização varejista, pois estes devem observar também o submódulo 1.6 – Comercializador Varejista.

Consórcio de geração

- 3.96. Em nenhuma hipótese será admitida a adesão de consórcio de geração enquanto entidade desprovida de personalidade jurídica.
- 3.97. Todos os consorciados devem aderir à CCEE, mediante o envio de Carta para Atuação de Integrantes de Consórcio de Geração, anexa a este submódulo, por meio do SigaCCEE, sem prejuízo do envio dos demais documentos necessários para a adesão, constantes no submódulo 1.1 – Adesão à CCEE, respondendo de forma solidária pela integralidade das obrigações financeiras do ativo, inclusive para fins de desligamento da CCEE.
- 3.98. As solicitações de inclusão, alteração e exclusão de cadastros devem ser realizadas por um dos consorciados, que deve ser designado por todos os demais como responsável técnico do consórcio, conforme indicação no Termo citado na premissa anterior. Os consorciados respondem, de forma solidária, pelos resultados decorrentes da gestão empreendida por seu representante.

- 3.99. O responsável técnico do consórcio será o responsável perante a CCEE por todas as obrigações decorrentes da manutenção do cadastro de ativo(s) no SigaCCEE.
- 3.100. O rateio da(s) garantia(s) física(s) da(s) geração(ões) verificada(s) e demais parâmetros deve ser realizado conforme respectivos percentuais de participação constantes do contrato de concessão ou do contrato de constituição de consórcio apresentado ao Poder Concedente, conforme o caso.
- 3.101. Qualquer candidato a agente, integrante do consórcio de geração, poderá ser o agente de medição responsável pelas atividades de cadastro do(s) ponto(s) de medição e de coleta e ajustes de dados de medição no SCDE.
- 3.102. As demais operações no âmbito da CCEE serão de responsabilidade de cada um dos consorciados.
- 3.103. O cadastro do ativo somente poderá ser realizado com a aprovação da adesão de todos os consorciados.
- 3.104. A alteração do responsável técnico de modelagem deverá ser formalizada pelo envio de uma nova Carta para Atuação de Integrantes de Consórcio de Geração.

Cadastro de ativos na área de concessão ou de permissão de não agentes da CCEE

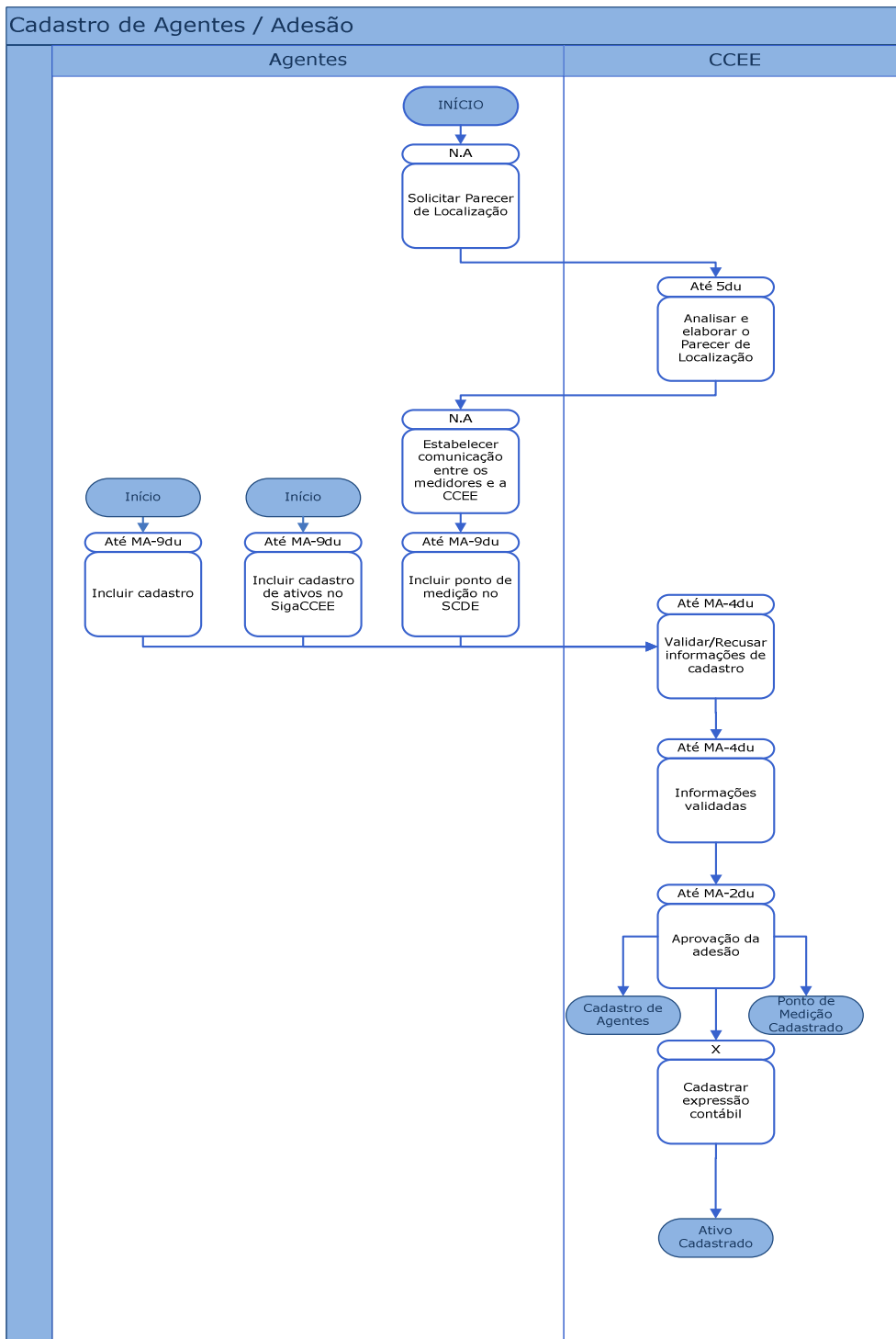
- 3.105. O proprietário do ativo que estiver na área de concessão ou de permissão de um não agente da CCEE, e desejar migrar para o Ambiente de Contratação Livre, deverá comprovar todas as informações que inserir no SigaCCEE, anexando os documentos pertinentes.
- 3.106. Não será necessária a validação dessas informações pela concessionária ou permissionária de distribuição.

4. LISTA DE DOCUMENTOS

DOCUMENTOS				Comercialização			Distribuição	Geração		
Descrição	DD	DF	DFR	CL	CE	COM	D	APE	PIE	G
<input type="checkbox"/> Contrato de Uso do Sistema de Distribuição – CUSD ou Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST para comprovação de carga, conforme o caso.	✓			✓	✓			✓	✓	✓
Documento específico para comunhão de consumidores especiais										
<input type="checkbox"/> Termo de Instituição de Comunhão de Fato ou de Direito, para conjunto de unidades consumidoras. <i>Deverá constar do documento: I - compromisso de solidariedade entre os comungantes; II - indicação de seu representante legal; III - declaração de ciência única para todas as unidades comungantes de que a falta de pagamento de fatura de compra de energia ou de uso de sistema de distribuição poderá implicar interrupção do serviço para todas as unidades consumidoras, mesmo para as adimplentes, nos termos do art. 4º da Resolução Normativa nº 247, de 21 de dezembro de 2006; IV - No caso de unificação do conjunto de unidades consumidoras será necessária declaração assinada pelo(s) representante(s) legal(is), redigida de forma livre, de que as unidades estejam localizadas em áreas contíguas. (Firma Reconhecida)</i>	✓		✓		✓					
Documento específico para geradores participantes de consórcio										
<input type="checkbox"/> Carta para Atuação de Integrantes de Consórcio de Geração. <i>Assinada pelos representantes legais (Firma Reconhecida)</i>	✓		✓					✓	✓	✓

DD Documento digitalizado	DF Documento na forma física	DFR Documento com firma reconhecida	CL Consumidor Livre	CE Consumidor Especial
COM Comercializador	D Distribuidor	APE Autoprodutor de Energia	PIE Produtor Independente	G Demais Geradores

5. FLUXO DE ATIVIDADES



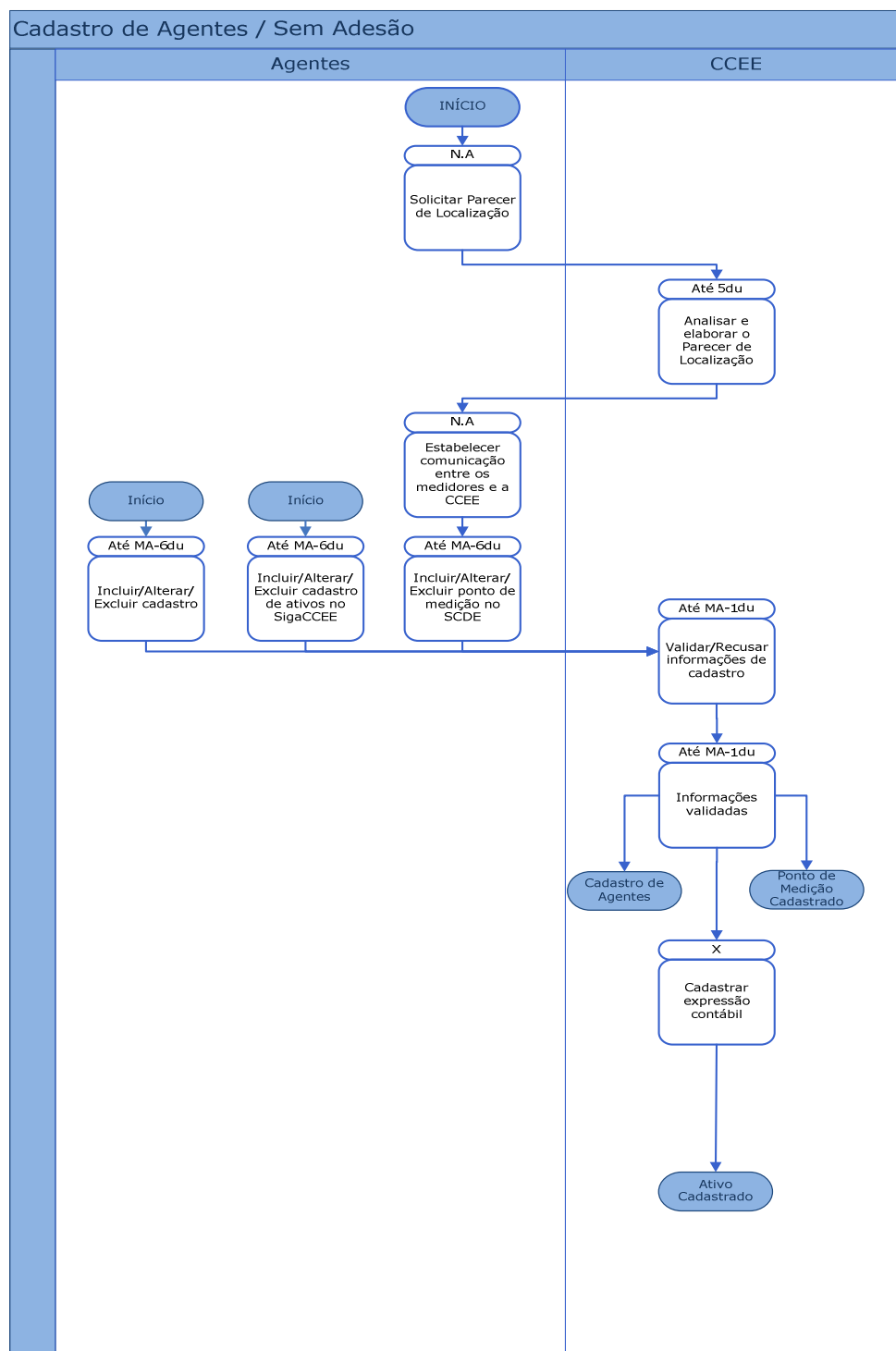
Legenda:

MA: mês anterior às operações de compra e venda de energia elétrica

M: mês de operação de compra e venda de energia

X: data da disponibilização pela CCEE, diretamente no SCL

du: dias úteis



Legenda:

MA: mês anterior às operações de compra e venda de energia elétrica

M: mês de operação de compra e venda de energia

X: data da disponibilização pela CCEE, diretamente no SCL

du: dias úteis

6. DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	PRAZO
Solicitar Parecer de Localização	Agente de Medição	O agente ou candidato a agente deve realizar sua solicitação por meio do Sistema de Gestão de Processos, encaminhando a documentação disposta neste submódulo.	N.A
Elaborar Parecer de Localização	CCEE	A CCEE elabora o parecer de localização com base na documentação encaminhada, no Módulo 12 dos Procedimentos de Rede e na legislação vigente, caso a documentação encaminhada esteja em conformidade. No ato da análise são criados os códigos dos medidores e respectivo ponto de medição, que são informados no mesmo documento.	Até 5du
Estabelecer comunicação entre os medidores e a CCEE	Agente de Medição	O agente deve entrar em contato com a CCEE para o estabelecimento da comunicação entre os medidores e o SCDE.	N.A

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	PRAZO
Incluir ponto de medição no SCDE	Agente de Medição	O agente ou candidato a agente deve solicitar a inclusão dos dados diretamente no sistema.	Até MA-6du para agente e até MA-9du para candidato a agente
Alterar/Excluir ponto de medição no SCDE	Agente de Medição	O agente deve solicitar a alteração ou exclusão dos dados diretamente no sistema.	Até MA-6du
Incluir ativos no SCL	Agente ou candidato a agente	O agente ou candidato a agente solicitante deve preencher as informações no SigaCCEE e obter as devidas validações dos agentes envolvidos conforme disposto neste submódulo.	Até MA-6du para agente e até MA-9du para candidato a agente
Alterar/Excluir ativos no SCL	Agente	O agente solicitante deve preencher as informações no SigaCCEE e obter as devidas validações dos agentes envolvidos conforme disposto neste submódulo.	Até MA-6du
Incluir cadastro do agente no Autocadastro	Agente ou candidato a agente	O agente ou candidato a agente deve realizar o cadastro dos dados diretamente no sistema, por meio do Conteúdo Exclusivo.	Até MA-6du para agente e até MA-9du para candidato a agente
Alterar/Excluir cadastro do agente no Autocadastro	Agente	O agente deve realizar o cadastro dos dados diretamente no sistema, por meio do Conteúdo Exclusivo.	Até MA-6du

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	PRAZO
Validar/Recusar informações de Cadastro	CCEE	As áreas competentes da CCEE realizam as análises dos dados e validam as informações nos sistemas impactados. Caso identifique pendências, comunica os agentes para que realizem as alterações.	Até MA-1du para agente e até MA-4du para candidato a agente
Aprovação da adesão	CAd	Conforme atividades estabelecidas no submódulo 1.1 – Adesão à CCEE.	Até MA-2du
Cadastrar expressão contábil	CCEE	Após a realização dos cadastros do ponto de medição, ativo e topologia, a CCEE cadastra a expressão contábil.	X

Legenda:

MA: mês anterior às operações de compra e venda de energia elétrica

M: mês de operação de compra e venda de energia

X: data da disponibilização pela CCEE, diretamente no SCL

du: dias úteis

7. ANEXOS

7.1 – Termo de acesso e uso ao SCDE/SCL com ou sem Representação

TERMO DE ACESSO E USO AO SCDE/SCL COM OU SEM REPRESENTAÇÃO

SISTEMA DE COLETA DE DADOS DE ENERGIA – SCDE

SISTEMA DE CONTABILIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO – SCL

- O agente, cujo processo de adesão seja aprovado pelo Conselho de Administração da CCEE, terá direito de acesso e uso ao SCDE e ao SCL.
- O acesso e o uso do SCDE e do SCL estão condicionados à observância e ao cumprimento de obrigações de ordem técnica e demais condições previstas em Procedimentos de Comercialização específicos, ou no(s) documento(s) que vier(em) a substituí-lo e/ou alterá-lo, bem como em quaisquer outras normas e/ou documentos aprovados pelo ONS, pela ANEEL e/ou divulgadas pela CCEE que tratem da matéria.
- O acesso ao SCDE e ao SCL se dará mediante autenticação dos respectivos usuários, por *token*, certificado digital e *login/código*, observadas as formalidades utilizadas para o comodato de *token* pela CCEE.
- A CCEE concederá acesso ao SCDE e ao SCL, gratuitamente, para até 02 (dois) usuários indicados pelo agente, respectivamente. Caso o agente indique maior quantidade de usuários para cada sistema, deverá custear o fornecimento dos demais *tokens*, conforme valores disponibilizados no *site* da CCEE.
- Após a deliberação da adesão de novo agente, a CCEE encaminha os códigos de acesso aos sistemas e as orientações para a instalação do certificado digital.
- O acesso ao SCL e ao SDCE será definido por meio de opção de perfis de acesso: “editar” ou “visualizar”. Os perfis de acesso são concedidos por módulo do SCL/SCDE. Com o perfil de acesso “editar”, o usuário tem permissão para incluir/alterar/excluir dados em quaisquer dos módulos do SCL e do SCDE aos quais foram atribuídas essas permissões. O perfil de acesso “visualizar” autoriza somente a visualização aos mesmos módulos.
- Caso o(s) usuário(s) indicado(s) pelo agente seja(m), concomitantemente, usuário(s) de ambos os sistemas, não será(ão) fornecido(s) novo(s) *cryptocard*/e-*token*(s) a esse(s), sendo apenas liberado os acessos mediante utilização do(s) *hardware*(s) já disponibilizado(s).
- Em caso de não utilização dos acessos por mais de 06 meses, os acessos poderão ser bloqueados pela CCEE. Caso o Agente necessite realizar o desbloqueio do acesso, o mesmo deverá entrar em contato com a Central de Atendimento.
- O agente, quando representado nos termos do submódulo 1.2 – Cadastro de Agentes, pode ter usuário(s) que já esteja(m) associado(s) a outro(s) agente(s) da CCEE e, neste caso, o(s) indicado(s) possui(em) o mesmo perfil de acesso (editar ou visualizar) para os módulos do SCL para os diferentes (perfis de) agentes.

- O agente pode solicitar, para cada um de seus perfis de agente, a alteração de perfil de acesso de usuário para cada módulo do SCL/SCDE, sendo necessária, nesse caso, a criação de novos *logins* de usuários e a utilização de *tokens* diferentes.
- O agente deve informar à Central de Atendimento da CCEE a ocorrência de inconsistências ou extravio de certificado digital e/ou de *cryptocard*/e-token.
- São obrigações do agente:
 - i) instalar, operar e manter em perfeitas condições de uso os equipamentos e aplicativos de sua responsabilidade necessários ao perfeito funcionamento do sistema;
 - ii) acessar os sistemas sem interferir na política de segurança da rede da CCEE;
 - iii) responsabilizar-se pelos custos de conexão e de instalação dos aplicativos necessários para o acesso e utilização dos sistemas, inclusive custos de energia elétrica e telecomunicações;
 - iv) não sublicenciar, ceder, distribuir, comercializar sob qualquer forma, facilitar o acesso de terceiros para utilização dos sistemas e/ou qualquer outro programa integrado a eles;
 - v) responsabilizar-se por todas as atividades que forem realizadas mediante a utilização dos *tokens* dos códigos de acesso a eles associados;
 - vi) responsabilizar-se pela operação, veracidade, correção e exatidão de toda e qualquer informação e/ou dados coletados pelos sistemas, bem como pela continuidade de fornecimento de informações e/ou de dados;
 - vii) abster-se de modificar, copiar, decompilar, produzir engenharia reversa, distribuir, transmitir, reproduzir, publicar, licenciar, total ou parcialmente, os códigos-fonte dos programas computacionais contidos nos sistemas e/ou qualquer programa a eles relacionado, responsabilizando-se por qualquer violação resultante de tais atos;
 - viii) comunicar imediatamente à CCEE a perda, o dano ou o extravio de *cryptocard*/e-token;
 - ix) responsabilizar-se pela manutenção e pelas correções necessárias em seus equipamentos a fim de garantir a correção, a veracidade e a exatidão das informações coletadas pelo sistema;
 - x) devolver os *tokens* à CCEE no caso de não utilização por mais de 06 (seis) meses ininterruptos ou no caso de seu desligamento da CCEE, podendo a CCEE adotar as medidas que entender cabíveis, a seu critério, para a obtenção ou o ressarcimento de valores, por parte do agente, no caso de não devolução dos *tokens*;
 - xi) especificamente em relação ao SCDE: assumir quaisquer custos relativos ao acesso e à integração do respectivo SMF ao SCDE, considerada a especificação técnica estabelecida pela CCEE em conjunto com o Operador Nacional do Sistema – ONS (divulgada no *site* da CCEE), as Regras e Procedimentos de Comercialização aplicáveis e a regulação que vier a ser estabelecida; e

xii) atender integralmente as condições operacionais constantes de normas e regulamentos vigentes para a implantação, operação e manutenção dos sistemas, bem como toda e qualquer alteração futura que se faça necessária a fim de viabilizar o perfeito funcionamento destes.

- O agente nomeia e constitui o(s) representante(s) abaixo, outorgando-lhe poderes para o cumprimento de obrigações e exercício de direitos, observados os limites estabelecidos em Procedimento de Comercialização específico, podendo, para tanto, em nome dos interesses do representado, operacionalizar as rotinas inerentes às operações de CCEE.

SEM REPRESENTAÇÃO

SCDE

<Nome Empresarial>, <Sigla na CCEE>, <CNJP>, <Endereço>, <telefone>, <fax>, <email>

Usuário I: **< perfil de acesso >, < Nome completo>, < CPF >, < RG >, < telefone >, <email>**

Usuário II: **< perfil de acesso >, < Nome completo>, < CPF >, < RG >, < telefone >, < email >**

SCL

<Nome Empresarial>, <Sigla na CCEE>, <CNJP>, <Endereço>, <telefone>, <fax>, <email>

Usuário I: **< perfil de acesso >, < Nome completo>, < CPF >, < RG >, < telefone >, < email >**

Usuário II: **< perfil de acesso >, < Nome completo>, < CPF >, < RG >, < telefone >, < email >**

< Local >, < Data > de < Mês > de < Ano >

< Nome do representante legal >

< Cargo >

< Nome do representante legal >

< Cargo >

COM REPRESENTAÇÃO

Agente Representado:

<Nome Empresarial>, <Sigla na CCEE>, <CNJP>, <Endereço>, <telefone>, <fax>, <email>

Representante CCEE:

<Nome Empresarial do Representante>, <Sigla na CCEE>, <CNJP>, <Endereço>, <telefone>, <fax>, <email>

*Usuário Representado:

SCDE

Usuário I: < perfil de acesso >, < Nome completo>, < CPF >, < RG >, < telefone >, < email>

Usuário II: < perfil de acesso >, < Nome completo>, < CPF >, < RG >, < telefone >, < email >

SCL

Usuário I: < perfil de acesso >, < Nome completo>, < CPF >, < RG >, < telefone >, < email >

Usuário II: < perfil de acesso >, < Nome completo>, < CPF >, < RG >, < telefone >, < email >

< Local >, < Data > de < Mês > de < Ano >

<Nome do Representante Legal>
< Cargo >
<Nome empresarial do Agente Representado>

<Nome do Representante Legal>
< Cargo >
<Nome Empresarial do Agente Representante>

<Nome do Representante Legal>
< Cargo >
<Nome empresarial do Agente Representado>

<Nome do Representante Legal>
< Cargo >
<Nome Empresarial do Agente Representante>

* Caso o Agente Representado tenha interesse em possuir acesso ao SCDE/SCL, adicionalmente ao acesso dado ao seu representante, os campos do "Usuário Representado" devem ser preenchidos.

7.2 – Termo de representação para Assembleia Geral

TERMO DE REPRESENTAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL

Pelo presente instrumento particular de mandato, a **< Nome empresarial da Outorgante >, < Sigla na CCEE >** (“Agente Representado”), Agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, nomeia e constitui como Agente Representante a empresa **< Nome empresarial da Outorgante >, < Sigla na CCEE >** (“Agente Representante”), Agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, outorgando-lhe poderes para representá-la nas Assembleias Gerais da CCEE, podendo, para tanto, em nome dos interesses do Agente Representado, manifestar-se e votar sobre as matérias a serem deliberadas. O presente mandato tem vigência por 12 meses a contar da data de assinatura, caso outra data não seja fixada nesse termo.

Prazo de mandato: < Data de Encerramento do Mandato>.

Para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, a(s) pessoa(s) física(s) indicada(s) pelo Agente Representante para comparecer à(s) Assembleia(s) Geral(is) da CCEE poderá(ão) representar também o Agente Representado.

< Local >, < Data > de < Mês > de < Ano >

< Nome empresarial da Outorgante >

<Representante Legal Agente >
< Cargo >

<Representante Legal Agente >
< Cargo >

7.3 – Termo de Alteração de Agente de Medição do SCDE

TERMO DE ALTERAÇÃO DE AGENTE DE MEDIÇÃO

Pelo presente instrumento, o Agente **<Qualificação completa - nome, endereço, CNPJ>** definido como Agente de Medição do SCDE <Especificar o Ponto de Medição>, de comum acordo com os demais Agentes da CCEE abaixo assinados, declara que a partir de **<Data>** as atividades de Agente de Medição do Ponto de Medição acima serão executadas pelo Agente **<Nome do Agente da CCEE>**.

< Local >, < Data > de < Mês > de < Ano >

<Agente Proprietário do Sistema de Medição>

<Agente de Medição Atual>

<Novo Agente de Medição>

[O(s) Representante(s) Legal(is) deve(m) ter poderes para representar a Empresa, conforme disposto no Contrato ou Estatuto Social e Ata de Eleição de Diretoria e deve estar com firma reconhecida em cartório]

7.4 – Termo de Sucessão Parcial de Agente

TERMO DE SUCESSÃO PARCIAL DE AGENTE

Pelo presente termo, a empresa **<Agente Sucedido, endereço, CNPJ>**, Agente da CCEE, devidamente representado na forma de seu **<Estatuto Social/Contrato Social>** e a empresa **<Razão Social do Agente Sucessor, Endereço, CNPJ>**, devidamente representado na forma de seu **<Estatuto Social/Contrato Social>**, vem por meio deste, informar e declarar que:

A empresa **<Razão Social do Agente Sucessor>**, **<Perfil – ID CLIQCCEE>**, assume, a partir de **<mm/aaaa>**, toda e qualquer responsabilidade pelos direitos e obrigações, inclusive pretéritas e as decorrentes de eventuais recontabilizações, perante a CCEE, da empresa **<Razão Social do Agente Sucedido>**, **<Perfil – ID CLIQCCEE>**, no percentual de **<% de responsabilidade>**.

<Local>, < Data > de < Mês > de < Ano >

Nome: **<Representante Legal do Agente Sucedido>**
< Cargo >

Nome: **<Representante Legal do Agente Sucessor>**
< Cargo >

Observação 1: Nos termos deste submódulo, a sucessão parcial ora requerida deverá ser acompanhada da respectiva documentação comprobatória da transferência, de fato e de direito, dos direitos e obrigações entre as empresas requerentes, na porcentagem acima indicada, podendo a CCEE eventualmente solicitar documentação adicional, que seja necessária para sua análise.

Observação 2: Os requerentes são exclusivamente responsáveis pelas informações apresentadas neste documento, bem como pela solicitação expressa de eventuais medidas complementares (tais como transferência de contratos, por exemplo).

7.5 – Termo de Encerramento de Representação de Ativo(s) de Geração

TERMO DE ENCERRAMENTO DE REPRESENTAÇÃO DE ATIVO(S) DE GERAÇÃO

Pelo presente instrumento, **<Nome Empresarial do proprietário da usina>**, **<Endereço Completo>**, inscrito no CNPJ sob nº **<CNPJ>** por meio de seu(s) representante(s) infra assinado(s), proprietário(s) legal(is) da(s) usina(s) **<Informar o nome e endereço completo da(s) Usina(s)>**, manifesta ciência de que o Agente da CCEE **<Nome Empresarial do Agente da CCEE>**, **<Sigla>**, **<Endereço Completo>**, inscrito no CNPJ sob nº **<CNPJ>**, procederá com o encerramento da representação do(s) ativo(s) de medição associado(s) à(s) usina(s) acima citada(s), com o consequente término das operações realizadas por ele, no âmbito da CCEE.

< Local >, **< Data >** de **< Mês >** de **< Ano >**

< Representante/Proprietário Legal da(s) Usina(s) >

< Cargo >

<Agente da CCEE/Representante do(s) Ativo(s)>

< Cargo >

Observação 1: Para assinatura do Agente da CCEE, o(s) representante(s) legal(is) deve(m) ter poderes para representar a empresa, conforme disposto no contrato ou estatuto social e ata de eleição de diretoria.

Observação 2: As assinaturas do Representante/Proprietário Legal da(s) Usina(s) e do Agente da CCEE devem ter reconhecimento de firma.

7.6 – Carta para Atuação de Integrantes de Consórcio de Geração

CARTA PARA ATUAÇÃO DE INTEGRANTES DE CONSÓRCIO DE GERAÇÃO

< Local >, < Data > de < Mês > de < Ano >

À Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

< Endereço disponível no site da CCEE >

A/C da Central de Documentação – CEDOC

A empresa < **Nome empresarial do consorciado** >, < endereço >, < CNPJ >, < SIGLA (máx 30 caracteres) >, integrante do consórcio < **Nome empresarial do consórcio** >, neste ato representada por < **Nome do representante legal** >, vem pela presente informar que a adesão da empresa dar-se-á na forma de Consórcio de Geração, constante do Módulo 1 – Agentes, submódulo 1.2 – Cadastro de agentes, dos Procedimentos de Comercialização.

Em decorrência da adesão à CCEE, os integrantes do consórcio < **Nome empresarial do consórcio** > declaram ter ciência e concordam expressamente:

- Cada integrante é responsável pela sua operação no âmbito da CCEE, sem prejuízo de responsabilidade solidária;
- A solicitação de modelagem e eventuais adequações no cadastro do ativo deve ser solicitada pelo responsável técnico de modelagem, indicado neste termo. Os consorciados respondem, de forma solidária, pelos resultados decorrentes da gestão empreendida por seu representante, inclusive para fins de desligamento da CCEE;
- Deverá ser nomeado um agente ou candidato a agente, integrante do consórcio de geração, para exercer as atividades de agente de medição previstas no módulo 12 dos Procedimentos de Rede.

As partes, por meio desse termo, indicam como responsável técnico de modelagem do ativo a empresa < **Nome empresarial do responsável** >, < CNPJ >, < SIGLA >, sendo que a participação de cada consorciado se dará conforme a tabela a seguir:

Consortiado	Participação no consórcio
< Nome empresarial do consórcio >	< Valor % >

< Nome empresarial do consórcio >	< Valor % >
< Nome empresarial do consórcio >	< Valor % >
< Nome empresarial do consórcio >	< Valor % >
< Nome empresarial do consórcio >	< Valor % >

Os signatários têm ciência que o cadastramento da(s) parcela(s) de ativo que representa(m) a sua participação no consórcio está condicionado à eficácia da adesão de cada um dos consorciados, respeitado o disposto nas diretrizes sobre a adesão de consórcio e na documentação necessária para a adesão à CCEE, do Módulo 1 – Agentes, submódulos 1.1 – Adesão à CCEE e 1.2 – Cadastro de Agentes, dos Procedimentos de Comercialização.

< Nome empresarial do Consorciado >

< Nome do Representante Legal >

< Cargo >

< Nome empresarial do Consorciado >

< Nome do Representante Legal>

< Cargo >

< Nome empresarial do Consorciado >

< Nome do Representante Legal>

< Cargo >

< Nome empresarial do Consorciado >

< Nome do Representante Legal>

< Cargo >

< Nome empresarial do Consorciado >

< Nome do Representante Legal>

< Cargo >

[Este documento deverá estar em papel timbrado da própria empresa, assinado com firma reconhecida pelo Representante(s) Legal(is)].

7.7 - Termo de Instituição de Comunhão de Fato

TERMO DE INSTITUIÇÃO DE COMUNHÃO DE FATO

Pelo presente instrumento, as partes a seguir qualificadas vêm, neste ato, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 247, de 21.12.2006, instituir comunhão de fato para serem representadas por **< Nome Empresarial do agente ou candidato a agente >**, **< CNPJ >** junto à CCEE, à partir de **< Data >**:

< Nome Empresarial do agente ou candidato a agente >, empresa devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº **< CNPJ >**, com sede na **< endereço >**, na cidade de **< complementar >**, Estado de **< complementar >**, CEP: **< complementar >**, devidamente representada na forma do seu ato constitutivo;

< Nome Empresarial do agente ou candidato a agente >, empresa devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº **< CNPJ >**, com sede na **< endereço >**, na cidade de **< complementar >**, Estado de **< complementar >**, CEP: **< complementar >**, devidamente representada na forma do seu ato constitutivo;

< Nome Empresarial do agente ou candidato a agente >, empresa devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº **< CNPJ >**, com sede na **< endereço >**, na cidade de **< complementar >**, Estado de **< complementar >**, CEP: **< complementar >**, devidamente representada na forma do seu ato constitutivo;

As partes que integram a comunhão declaram:

1. Ter plena ciência dos direitos e obrigações previstos na legislação e nas demais normas regulatórias em vigor, principalmente na Resolução Normativa ANEEL nº 247, de 21.12.2006 e no submódulo 1.1 – Adesão à CCEE ou 1.6 – Comercializador Varejista, conforme o caso, assumindo o compromisso formal, expresso e inequívoco de cumprir integralmente suas obrigações;

2. Serem solidárias no tocante ao cumprimento de todas obrigações abarcadas na legislação e regulamentação aplicáveis ao setor elétrico;
3. Estarem cientes que o descumprimento de qualquer obrigação prevista na legislação e regulamentação aplicáveis ao setor elétrico, bem como das obrigações estatutárias no âmbito da CCEE poderá implicar no desligamento da empresa do quadro de associados desta Câmara.

Qualquer alteração nas disposições deste Termo, ou alteração societária que resulte em fusão, cisão, incorporação e/ou dissolução de alguma das empresas signatárias, deverá ser imediatamente informada à CCEE.

< Local >, < Data > de < mês > de < Ano >

<Nome empresarial>

< Nome do Representante Legal >

< Nome do Representante Legal >

< Cargo >

< Cargo >

<Nome empresarial>

< Nome do Representante Legal >

< Nome do Representante Legal >

< Cargo >

< Cargo >

<Nome empresarial>

< Nome do Representante Legal >

< Nome do Representante Legal >

< Cargo >

< Cargo >

[Este documento deverá estar em papel timbrado da própria empresa, assinado com firma reconhecida pelo(s) representante(s) legal(is)]

7.8 - Termo de Instituição de Comunhão de Direito

TERMO DE INSTITUIÇÃO DE COMUNHÃO DE DIREITO

Pelo presente instrumento, as partes a seguir qualificadas vêm, neste ato, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 247, de 21.12.2006, instituir comunhão de direito para serem representadas pelo **< Nome Empresarial do agente ou candidato a agente >**, **< CNPJ >** junto à CCEE, a partir de **< Data >**:

< Nome Empresarial do agente ou candidato a agente >, empresa devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº **< CNPJ >**, com sede na **< endereço >**, na cidade de **< complementar >**, Estado de **< complementar >**, CEP: **< complementar >**, devidamente representada na forma do seu ato constitutivo;

< Nome Empresarial do agente ou candidato a agente >, empresa devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº **< CNPJ >**, com sede na **< endereço >**, na cidade de **< complementar >**, Estado de **< complementar >**, CEP: **< complementar >**, devidamente representada na forma do seu ato constitutivo;

< Nome Empresarial do agente ou candidato a agente >, empresa devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº **< CNPJ >**, com sede na **< endereço >**, na cidade de **< complementar >**, Estado de **< complementar >**, CEP: **< complementar >**, devidamente representada na forma do seu ato constitutivo;

As partes que integram a comunhão declaram:

1. Ter plena ciência dos direitos e obrigações previstos na legislação e nas demais normas regulatórias em vigor, principalmente na Resolução Normativa ANEEL nº 247, de 21.12.2006 e no submódulo 1.1 – Adesão à CCEE ou 1.6 – Comercializador Varejista, conforme o caso, assumindo o compromisso formal, expresso e inequívoco de cumprir integralmente suas obrigações;

2. Serem solidárias no tocante ao cumprimento de todas as obrigações abarcadas na legislação e regulamentação aplicáveis ao setor elétrico;
3. Estarem cientes que o descumprimento de qualquer obrigação prevista na legislação e regulamentação aplicáveis ao setor elétrico bem como das obrigações estatutárias no âmbito da CCEE poderá implicar no desligamento da empresa do quadro de associados desta Câmara.

Qualquer alteração nas disposições deste Termo, ou alteração societária que resulte em fusão, cisão, incorporação e/ou dissolução de alguma das empresas signatárias deverá ser imediatamente informada à CCEE.

< Local >, < Data > de < mês > de < Ano >

<Nome empresarial>

< Nome do Representante Legal >

< Nome do Representante Legal >

< Cargo >

< Cargo >

<Nome empresarial>

< Nome do Representante Legal >

< Nome do Representante Legal >

< Cargo >

< Cargo >

<Nome empresarial>

< Nome do Representante Legal >

< Nome do Representante Legal >

< Cargo >

< Cargo >

[Este documento deverá estar em papel timbrado da própria empresa, assinado com firma reconhecida pelo(s) representante(s) legal(is)]